



3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Legal na Apelação nº 0326741-2
(NPU 0002962-70.2011.8.17.1130)

Embargante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Embargado: Jailson Nunes Barros

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

VOTO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.
PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. RECURSO REJEITADO.

I – É entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresso sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

II – Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo Legal na Apelação nº 0326741-2, em que figuram, como embargante, COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE, e, como embargado, Jailson Nunes Barros, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em **REJEITAR o recurso**, nos termos do voto do Relator para o acórdão.

Recife, 29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Legal na Apelação nº 0326741-2
(NPU 0002962-70.2011.8.17.1130)

Embargante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Embargado: Jailson Nunes Barros

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 179/182) opostos pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE, contra o acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível, o qual negou provimento, à unanimidade, ao Agravo Legal interposto em face da decisão monocrática de fls. 145/148, que negou seguimento à apelação aforada em desfavor da sentença de fls. 96/99, proferida pela magistrada da 5ª Vara Cível da Comarca de Petrolina que, nos autos da dita "Ação de Nulidade do Contrato de Parcelamento c/c Indenização por Danos Materiais e Morais" proposta por JAISO NUNES BARROS, julgou parcialmente procedente o pedido contido na exordial, para declarar a nulidade do contrato de parcelamento celebrado entre as partes, bem como para condenar a CELPE a indenizar a parte autora, a título de danos materiais, no valor de R\$ 7.119,90 (sete mil cento e dezenove reais e noventa centavos) e, ainda, condenar a demandada ao pagamento de indenização por danos morais na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A embargante manejou os presentes embargos de declaração objetivando prequestionar dispositivos legais não mencionados expressamente no acórdão recorrido.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o relatório.

Recife,

29 - 12 - 2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Agravo Legal na Apelação nº 0326741-2
(NPU 0002962-70.2011.8.17.1130)

Embargante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
Embargado: Jailson Nunes Barros
Relator: Des. Bartolomeu Bueno

VOTO

Pretendem os recorrentes que os embargos de declaração tenham efeitos de prequestionamento. Todavia, é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresso sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

Observem-se os precedentes abaixo colacionados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. 1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ. 2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível. 3 - Embargos de declaração a que se nega provimento. (TJPE – EDcl nº 240880-4/02, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Eduardo Sertório, julgado em: 10/01/2013). Sem grifos no original.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCESSÃO EMPRESARIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SUCESSORA. TESE DEBATIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ. 1. Não há falar em falta de prequestionamento se a matéria submetida ao STJ, ainda que sem indicação expressa do dispositivo legal a que se refere, foi objeto de enfrentamento pelo Tribunal de origem. (...) 4. Agravo regimental provido para se conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento. (STJ – AgRg nos EDcl no REsp 1257530/RJ, 3ª Turma, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em: 12/11/2013). Sem grifos no original.

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1989. CORREÇÃO MONETÁRIA. OTN/BTNF. ÍNDICE OFICIAL. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não ocorreu no presente caso. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o prequestionamento não exige a expressa menção dos dispositivos violados; basta que a matéria por eles versada tenha sido discutida pelo Tribunal de origem. (...) Embargos de declaração rejeitados.

[Assinatura]

(STJ – EDcl no REsp 1131762/DF, 2ª Turma, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em: 04/09/2012). Sem grifos no original.

Diante de todo o exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator